

**PROCESSO SELETIVO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
DO ESPÍRITO SANTO
S01 - JUIZ LEIGO**

Turno: MANHÃ

Tipo de Prova
2

Sr. Candidato, para ter a sua prova corrigida é obrigatório a marcação do tipo de prova no cartão de respostas. Caso não marque o tipo de prova, o cartão de respostas não será lido e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo.

TRANSCREVA, NO SEU CARTÃO DE RESPOSTAS, A FRASE ABAIXO PARA O EXAME GRAFOTÉCNICO:

“O caminho é curto, mas a trajetória é longa e, a estrada, erudita”

(Hédio Silva Junior)

ATENÇÃO

Este caderno contém trinta questões de múltipla escolha, cada uma com cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E), e uma questão discursiva.

Verifique se este material está em ordem, caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

O tempo de duração da prova inclui o preenchimento do cartão de respostas e da folha de resposta da prova discursiva.

Duração da prova: 5 Horas

LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO

Por motivo de segurança:

- O candidato só poderá retirar-se definitivamente da sala após 1 (uma) hora do início efetivo da prova.
- Somente faltando 30 minutos para o término da prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu caderno de questões.
- O candidato que optar por se retirar sem levar o seu caderno de questões não poderá copiar suas respostas por qualquer meio.
- Ao terminar a prova, o candidato deverá se retirar imediatamente do local, não sendo possível nem mesmo a utilização dos banheiros e/ou bebedouros.

Sr. Candidato, ao terminar a prova é de sua responsabilidade entregar ao fiscal o cartão de respostas assinado. Não se esqueça dos seus pertences.

Os três últimos candidatos deverão permanecer na sala até que o último candidato entregue o cartão de respostas, devendo assinar a capa de sala.

O fiscal de sala não está autorizado a alterar quaisquer dessas instruções. Em caso de dúvida, solicite a presença do coordenador local.

BOA PROVA!

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 1

O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei. O quórum mínimo para a aprovação da súmula vinculante é de:

- (A) um terço dos membros do STF.
- (B) dois terços dos membros do STF.
- (C) dois quintos dos membros do STF.
- (D) três quintos dos membros do STF.
- (E) maioria relativa dos membros do STF.

Questão 2

É correto afirmar que o Supremo Tribunal Federal é composto por:

- (A) 9 (nove) Ministros.
- (B) 11 (onze) Ministros.
- (C) 13 (treze) Ministros.
- (D) 27 (vinte e sete) Ministros.
- (E) 33 (trinta e três) Ministros.

Questão 3

De acordo com as súmulas vinculantes, é correto afirmar que:

- (A) é inconstitucional a lei ou ato normativo Estadual ou Distrital que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (B) não compete ao município fixar horário de funcionamento do estabelecimento comercial.
- (C) lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área, não ofende o princípio da livre concorrência.
- (D) é inconstitucional a lei ou ato normativo da União que disponha sobre sistemas de consórcios e sorteios, inclusive bingos e loterias.
- (E) o Ministério Público é parte ilegítima para promover ação civil pública cujo fundamento seja a ilegalidade de reajuste de mensalidades escolares.

Questão 4

De acordo com a Constituição da República de 1988, a competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao consumidor é:

- (A) privativa da União.
- (B) privativa dos Estados.
- (C) concorrente dos Estados e do Distrito Federal.
- (D) privativa dos Municípios.
- (E) concorrente da União, dos Estados e do Distrito Federal.

Questão 5

Nos termos da Constituição da República de 1988, acerca dos direitos e garantias fundamentais, é correto afirmar que:

- (A) são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, o mandado de segurança e os atos necessários ao exercício da cidadania.
- (B) são a todos assegurados, mediante pagamento de taxas, o direito de petição aos Poderes Públicos em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder.
- (C) o Estado poderá prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos.
- (D) o Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do consumidor.
- (E) são a todos assegurados, mediante pagamento de taxas, a obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 6

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal. A referida súmula vinculante externa a proteção a qual Princípio de Direito Administrativo?

- (A) Princípio da moralidade administrativa
- (B) Princípio da legalidade
- (C) Princípio da publicidade
- (D) Princípio da supremacia do interesse público
- (E) Princípio da segurança jurídica

Questão 7

De acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, acerca da responsabilidade civil subjetiva do agente público por danos causados a terceiros, no exercício de atividade pública, é correto afirmar que:

- (A) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado, sendo parte legítima para a ação o autor do ato, vedado o direito de regresso contra o responsável.
- (B) a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
- (C) as pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de culpa.
- (D) a ação por danos causados por pessoa jurídica de direito público poderá ser ajuizada diretamente contra o agente no exercício de atividade pública.
- (E) as pessoas jurídicas de direito privado responderão pelos danos que seus agentes causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Questão 8

A entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com criação autorizada por lei, sob a forma de sociedade anônima, cujas ações com direito a voto pertençam em sua maioria à União, aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios ou a entidade da administração indireta, é conceituada como:

- (A) empresa pública federal.
- (B) sociedade de economia mista.
- (C) autarquia.
- (D) empresa pública estadual.
- (E) fundação pública.

Questão 9

Pessoa legalmente investida em cargo ou em emprego público na administração direta, nas autarquias ou nas fundações públicas, denomina-se:

- (A) servidor público.
- (B) empregado.
- (C) terceirizado.
- (D) agente privado.
- (E) celetista.

Questão 10

De acordo com o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal, a respeito da anulação de ato administrativo pela Administração Pública, é correto afirmar que:

- (A) ao Estado é facultada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados, porém, se de tais atos já tiverem decorrido efeitos concretos, seu desfazimento deve ser precedido de regular processo administrativo.
- (B) a administração não pode anular seus próprios atos, mesmo que eivados de vícios que os tornam ilegais.
- (C) ao Estado é vedada a revogação de atos que repute ilegalmente praticados, quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie terceiro interessado.
- (D) a administração pública somente pode revogar seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, mediante autorização judicial.
- (E) a administração pública não pode declarar a nulidade dos seus próprios atos.

DIREITO CIVIL

Questão 11

Nos termos da Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- (A) reputa-se ato jurídico perfeito os direitos que o seu titular, ou alguém por ele, possa exercer, como aqueles cujo começo do exercício tenha termo pré-fixo, ou condição pré-estabelecida inalterável, a arbitrio de outrem.
- (B) considera-se adquirido o direito já consumado segundo a lei vigente ao tempo em que se efetuou.
- (C) ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
- (D) o agente público responderá pessoalmente por suas decisões ou opiniões técnicas em caso de culpa ou erro escusável.
- (E) salvo disposição em contrário, a lei revogada restaura-se por ter a lei revogadora perdido a vigência.

Questão 12

De acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, acerca do contrato de transporte, é correto afirmar que:

- (A) a responsabilidade contratual do transportador, pelo acidente com o passageiro, não é elidida por culpa de terceiro, contra o qual tem ação regressiva.
- (B) em contrato de transporte, é eficaz a cláusula de não indenizar.
- (C) para a ação de indenização, em caso de avaria, é indispensável que a vistoria se faça judicialmente.
- (D) a empresa locadora de veículos responde, civil e subsidiariamente com o locatário, pelos danos por este causados a terceiro, no uso do carro locado.
- (E) a ausência de registro da transferência implica a responsabilidade do antigo proprietário por dano resultante de acidente que envolva o veículo alienado.

Questão 13

De acordo com o atual Código Civil, a respeito das pessoas naturais, é correto afirmar que:

- (A) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os loucos de todo o gênero.
- (B) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os ébrios habituais e os viciados em tóxico.
- (C) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- (D) são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os surdos-mudos, que não puderem exprimir a sua vontade.
- (E) a personalidade civil da pessoa começa do nascimento com vida; mas a lei põe a salvo, desde a concepção, os direitos do nascituro.

Questão 14

No que se refere ao negócio jurídico, é correto que afirmar que:

- (A) os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se estritamente.
- (B) nas declarações de vontade se atenderá mais ao sentido literal da linguagem do que à intenção nelas consubstanciada.
- (C) o silêncio importa anuência, quando as circunstâncias ou os usos o autorizarem, ainda que necessária a declaração de vontade expressa.
- (D) as condições lícitas, ou de fazer coisa lícita, invalidam os negócios jurídicos que lhes são subordinados.
- (E) a validade da declaração de vontade depende de forma especial.

Questão 15

A respeito do instituto da prescrição, nos termos do atual Código Civil, assinale a alternativa correta.

- (A) Os prazos de prescrição podem ser alterados por acordo das partes
- (B) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor
- (C) A prescrição não pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita
- (D) A prescrição corre entre os cônjuges, na constância da sociedade conjugal
- (E) A prescrição ocorre em cinco anos, quando a lei não lhe haja fixado prazo menor

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 16

Nos termos do atual Código de Processo Civil, acerca da tutela provisória, é correto afirmar que:

- (A) a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo.
- (B) a tutela de urgência de natureza antecipada poderá ser concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão.
- (C) a tutela da evidência será concedida quando as alegações de fato puderem ser comprovadas apenas documentalmente e houver precedente de caso equivalente ou súmula de Tribunal Superior.
- (D) para a concessão da tutela de urgência, o juiz deverá exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, inclusive se a parte for economicamente hipossuficiente.
- (E) a tutela da evidência será concedida quando a petição inicial for instruída com prova documental dos fatos constitutivos do direito do autor, ainda que o réu oponha prova capaz de gerar dúvida razoável.

Questão 17

De acordo com o atual Código de Processo Civil, acerca dos sujeitos do processo, é correto afirmar que:

- (A) toda pessoa que se encontre no exercício de seus direitos tem capacidade para estar em juízo.
- (B) o juiz nomeará curador especial a todo réu revel.
- (C) a massa falida será representada em juízo pelo inventariante.
- (D) a herança jacente será representada em juízo pelo administrador judicial.
- (E) o juiz nomeará curador especial a todo réu preso.

Questão 18

De acordo com o entendimento sumulado do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que contra decisão proferida por turma recursal de juizado especial cível e criminal:

- (A) não cabe recurso.
- (B) é cabível recurso extraordinário.
- (C) é cabível recurso especial.
- (D) é cabível recurso ordinário.
- (E) é cabível recurso de apelação.

Questão 19

Quando a lei obriga a presença na ação de todas as pessoas titulares da mesma relação jurídica, sob pena de nulidade e posterior extinção do feito sem análise do mérito, caracteriza-se a hipótese de:

- (A) litisconsórcio unitário.
- (B) intervenção de terceiros.
- (C) assistência simples.
- (D) assistência litisconsorcial.
- (E) litisconsórcio necessário.

Questão 20

De acordo com o atual Código de Processo Civil, acerca da extinção do processo, é correto afirmar que haverá resolução do mérito quando o juiz:

- (A) indeferir a petição inicial.
- (B) homologar a transação.
- (C) reconhecer a existência de perempção, de litispêndência ou de coisa julgada.
- (D) verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual.
- (E) homologar a desistência da ação.

DIREITO DO CONSUMIDOR

Questão 21

De acordo com a jurisprudência sumulada do Superior Tribunal de Justiça, o Código de Defesa do Consumidor se aplica:

- (A) ao contrato de locação.
- (B) aos serviços notariais e de registro.
- (C) aos contratos de trabalho.
- (D) aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão.
- (E) contratos de serviços advocatícios.

Questão 22

Nos termos do Código de Defesa do Consumidor, é correto afirmar que:

- (A) fornecedor é toda pessoa física ou jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, com exceção dos entes despersonalizados, que desenvolvem atividade de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.
- (B) consumidor é toda pessoa física ou jurídica que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.
- (C) serviço é qualquer atividade fornecida no mercado de consumo, independentemente de remuneração, inclusive as de natureza bancária, financeira, de crédito e securitária, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.
- (D) bem imaterial não pode ser considerado produto.
- (E) consumidor é somente a pessoa física que adquire ou utiliza produto ou serviço como destinatário final.

Questão 23

No que tange às ações de responsabilidade do fornecedor de produtos e serviços, é correto afirmar que:

- (A) a ação deve ser proposta, obrigatoriamente, no domicílio do autor.
- (B) o réu que houver contratado seguro de responsabilidade não poderá chamar ao processo o segurador.
- (C) a ação deve ser proposta, obrigatoriamente, no domicílio do réu.
- (D) o réu que houver contratado seguro de responsabilidade poderá chamar ao processo o segurador, sendo necessária a integração do contraditório pelo Instituto de Resseguros do Brasil.
- (E) a ação pode ser proposta no domicílio do autor.

Questão 24

É correto afirmar que os bens e direitos adquiridos pela administradora em nome do grupo de consórcio, inclusive os decorrentes de garantia, bem como seus frutos e rendimentos, não se comunicam com o seu patrimônio, observado que:

- (A) integram o ativo da administradora.
- (B) respondem direta ou indiretamente por qualquer obrigação da administradora.
- (C) não podem ser dados em garantia de débito da administradora.
- (D) compõem o elenco de bens e direitos da administradora, para efeito de liquidação judicial ou extrajudicial.
- (E) podem ser dados em garantia de débito da administradora.

Questão 25

Acerca da desconsideração da personalidade jurídica nas relações de consumo, é correto afirmar que:

- (A) o juiz deverá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade apenas quando estiver diante de hipóteses de fraude ou abuso de direito.
- (B) as sociedades coligadas não responderão por culpa.
- (C) o juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social.
- (D) as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.
- (E) as sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do Código de Defesa do Consumidor.

JUIZADOS ESPECIAIS E LEGISLAÇÃO ESPECÍFICA

Questão 26

Nos termos da Lei n. 12.153/2009, acerca dos Juizados Especiais da Fazenda Pública, assinale a alternativa correta.

- (A) Possuir competência para julgar as ações de mandado de segurança, de desapropriação, de divisão e demarcação, populares, por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos.
- (B) Possuir competência para conciliar as causas que tenham como objeto a impugnação da pena de demissão imposta a servidores públicos civis ou sanções disciplinares aplicadas a militares.
- (C) A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações de direito público gozarão de prazo em dobro para todas as suas manifestações processuais.
- (D) Possuir competência para julgar as causas sobre bens imóveis dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e Municípios, autarquias e fundações públicas a eles vinculadas.
- (E) No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta.

Questão 27

De acordo com a Resolução n. 174/2013 do Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar que:

- (A) os Juízes leigos são auxiliares da Justiça recrutados entre advogados com mais de três anos de experiência.
- (B) os Juízes leigos, quando remunerados ou indenizados a qualquer título, serão recrutados por prazo determinado, permitida reconduções, por meio de processo seletivo público de provas e títulos, ainda que simplificado, conduzido por critérios objetivos.
- (C) o Juiz leigo poderá exercer a advocacia no Sistema dos Juizados Especiais da respectiva Comarca, enquanto no desempenho das respectivas funções.
- (D) o Juiz leigo fica subordinado às orientações e ao entendimento jurídico do Juiz togado.
- (E) o Juiz leigo terá o prazo máximo de 15 dias, a contar do encerramento da instrução, para apresentar o projeto de sentença, que só poderá ser entranhado aos autos e disponibilizado para o público externo no sistema de informática caso seja homologado.

Questão 28

No que tange à competência dos juizados especiais cíveis, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n. 9.099/1995.

- (A) Tem competência para julgamento das causas cíveis cujo valor não exceda a sessenta vezes o salário-mínimo.
- (B) Tem competência para julgamento das ações possessórias sobre bens imóveis de valor não excedente a sessenta vezes o salário-mínimo.
- (C) Tem competência para processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de sessenta salários-mínimos.
- (D) Tem competência para julgamento da ação de despejo para uso de terceiro, limitada a sessenta vezes o salário-mínimo.
- (E) Tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade, cujo valor não excede a quarenta vezes o salário-mínimo.

Questão 29

Acerca dos juizados especiais cíveis, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n. 9.099/1995.

- (A) Extingue-se o processo, sem julgamento do mérito, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- (B) O comparecimento espontâneo não suprirá a falta ou nulidade da citação.
- (C) A citação por edital será feita quando desconhecido ou incerto o citando.
- (D) Extingue-se o processo, com julgamento do mérito, quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo.
- (E) A citação por edital será feita quando ignorado, incerto ou inacessível o lugar em que se encontrar o citando.

Questão 30

Acerca das provas nos juizados especiais cíveis, assinale a alternativa correta de acordo com a Lei n. 9.099/1995.

- (A) A instrução não poderá ser dirigida por Juiz leigo.
- (B) A prova oral deverá ser reduzida a escrito, devendo a sentença referir, no essencial, os informes trazidos nos depoimentos.
- (C) Todas as provas serão produzidas na audiência de instrução e julgamento, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.
- (D) No curso da audiência, não poderá o Juiz realizar inspeção em pessoas ou coisas.
- (E) Todas as provas serão produzidas na audiência de conciliação, ainda que não requeridas previamente, podendo o Juiz limitar ou excluir as que considerar excessivas, impertinentes ou protelatórias.

DISCURSIVA

De acordo com o caso apresentado, elabore um projeto de sentença com os elementos de convicção do Julgador, abordando as questões jurídicas relevantes, dispensado o relatório, com o mínimo de 120 (cento e vinte) linhas e o máximo de 130 (cento e trinta) linhas.

Questão 1

Maria do Socorro, domiciliada na cidade A, por intermédio de procurador devidamente constituído, ajuizou ação ordinária perante o Juizado Especial Cível da Comarca da cidade A, em face da empresa Viação Esperança Ltda.

Na petição inicial, a parte autora articulou os seguintes fatos adiante narrados.

Alega ter adquirido, por meio da empresa Viação Esperança Ltda., bilhete de passagem para o transporte rodoviário da cidade A para a cidade F. Informa que o ônibus realizou uma parada na lanchonete FM, situada na cidade C, para os passageiros lancharem e utilizarem os sanitários. Na referida parada, a passageira desceu para lanchar na lanchonete, porém, ao retornar ao local onde o ônibus estava estacionado, constatou que o veículo já havia partido. Assim, em função da falha na prestação do serviço, por deixar a passageira na parada do ônibus, ficou psicologicamente abalada e teve que contratar serviço de táxi para chegar ao destino final na cidade F.

A autora juntou as seguintes provas com a petição inicial para comprovar o ocorrido: o bilhete da passagem adquirida e o recebido do serviço de táxi.

Ao final, pleiteou a condenação da empresa Viação Esperança Ltda. em danos materiais correspondentes ao valor de R\$300,00 (trezentos reais) da passagem adquirida da cidade A para a cidade F e o importe de R\$100,00 (cem reais) referente ao gasto com o serviço de táxi. Em sede de danos morais pediu a condenação da ré em R\$10.000,00 (dez mil reais), referente ao abalo psicológico sofrido por ter sido deixada na parada da cidade C.

Restando infrutífera a conciliação, a parte ré apresentou defesa com os seguintes argumentos:

- a) Preliminar de incompetência territorial, sustentando que o juízo competente para o julgamento da ação seria o Juízo da Comarca C, por ser o local da ocorrência do fato e não o local do domicílio da parte autora;
- b) Ausência de relação de consumo, por se tratar de contrato de transporte com a autora;
- c) Responsabilidade subjetiva da empresa ré pelo contrato de transporte, não existindo nos autos comprovação de culpa;
- d) Mesmo que reconhecida a responsabilidade objetiva da empresa ré, não há que falar em dever de indenizar por danos materiais e morais, em decorrência da excludente de responsabilidade, comprovada pela culpa exclusiva da autora;
- e) A culpa exclusiva da autora restou comprovada por não observar o tempo da parada, ter retornando ao local após ultrapassado mais de 10 (dez) minutos do prazo estipulado para a parada e ignorado completamente todos os anúncios dos alto-falantes da lanchonete para o embarque imediato, sendo a única passageira do ônibus a não ter retornado a tempo do embarque;
- f) Por fim, requer a improcedência da ação pela comprovação de ato ilícito cometido pela empresa ré e comprovação da responsabilidade autoral pelo fato ocorrido.

Juntamente com a defesa apresentada, a parte ré colacionou as seguintes provas: I) declaração assinada com firma reconhecida em cartório do gerente da lanchonete FM, o qual declara que realizou por 3 (três) vezes, a pedido do motorista do ônibus da Viação Esperança Ltda., a chamada dos passageiros no sistema de alto-falante da lanchonete para embarque imediato, bem como informado que o ônibus estava partindo; II) declaração assinada por 3 (três) passageiros do ônibus, em que declaram que o motorista informou previamente aos passageiros que a parada seria de 15 (quinze) minutos e que todos os passageiros, com exceção da autora, teriam retornado ao ônibus no prazo estabelecido; III) prova testemunhal, oitiva de um dos passageiros que estava no ônibus.

A autora não impugnou as provas apresentadas pela ré em defesa.

Houve a produção da prova oral com o depoimento do passageiro, nos termos a seguir: (...) que houve orientação do motorista sobre o tempo na parada, que seria de 15 (quinze) minutos. Que todos os passageiros retornaram ao ônibus em 10 (dez) minutos, com exceção da autora. E que, escutaram do ônibus a chamada para o embarque imediato sendo anunciada por 3 (três) vezes. E que o ônibus saiu da parada com 10 (dez) minutos de atraso, por ter ficado aguardando o retorno da autora, o que não aconteceu (...):

O feito foi concluso para sentença.

1

2

3

4

5

6

7

8

9

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30

31

32

33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

64

65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

96

97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

128

129

130